



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
CORTE ESPECIAL

198
de
diário
199
u

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 208058-2

Embargante: Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - AFREM SINDICAL

Advogado: Vinicius de Negreiros Calado

Embargado: Município do Recife

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. LEI MUNICIPAL Nº 16.954/04. CRIAÇÃO DE SUBSÍDIO FICTÍCIO DE PREFEITO PARA FINS DE LIMITAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO QUANTO AO ESTABELECIMENTO DO TERMO INICIAL PARA A INCIDÊNCIA DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. ACLARATÓRIOS UNANIMEMENTE IMPROVIDOS.

1. Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão recorrida enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

2. Com efeito, ao contrário do mencionado nas razões do presente recurso, verificou-se ter o acórdão fustigado abordado de forma bastante clara a matéria questionada, tendo deixado expressamente consignado em sua ementa que:

"3. Lado outro, também não assiste razão aos embargantes no que tange à alegação de omissão da decisão embargada quanto à modulação dos seus efeitos, visto que tal questão restou decidida de forma clara e exauriente no aresto impugnado, que assim consignou: "Por derradeiro, a decisão declaratória de inconstitucionalidade a ser proferida no presente julgado deve atrair a técnica da modulação dos efeitos temporais, prevista no art. 27 da Lei nº 9.868/99, no sentido de produzir efeitos meramente prospectivos, isto porque os



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
CORTE ESPECIAL

199
digo
200

eventuais valores pagos aos servidores municipais acima do teto remuneratório constitucional consubstanciam verba de caráter alimentar e foram recebidos de boa-fé, de maneira que seria contrária ao princípio da segurança jurídica a exigência de sua devolução.”.

3. Notadamente, como já registrado no julgado impugnado, resta indubitoso que este Sodalício, ao tratar do momento da incidência dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, resolveu apenas conferir efeitos prospectivos à decisão, com arrimo exatamente no art. 27 da Lei nº 9.868/99, não havendo mais o que se discutir acerca de tal matéria.

4. Como visto, a temática posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

5. Aclaratórios improvidos de forma unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 208058-2, em sessão realizada no dia 20 de 04 de 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I. 20 de 04 de 2013
Recife,

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
CORTE ESPECIAL

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 208058-2

Embargante: Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - AFREM SINDICAL

Advogado: Vinicius de Negreiros Calado

Embargado: Município do Recife

RELATÓRIO

Trata-se de nos Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que, ao negar provimento aos Embargos de Declaração nº 208058-2/02, manteve incólume o julgado proferido por este Colegiado nos presentes autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade, o qual, à unanimidade de votos, afastou a preliminar de incompetência do juízo e julgou procedente a pretensão deduzida na inicial, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 16.954/04, do Município do Recife, por violação ao art. 97, *caput*, da CE, assim o fazendo com efeitos meramente prospectivos, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/99.

Em suas razões, de fls. 183/192, o embargante reitera a alegação de omissão quanto à fixação do termo inicial para a incidência dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, invocando mais uma vez o permissivo contido no art. 27 da Lei nº 9.868/99 para requerer seja declarado, com efeito infringente, que a eficácia da decisão apenas se dará a partir do prazo de 90 dias da data do trânsito em julgado do acórdão.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes aclaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão alegada.

É o relatório.

Recife, 27 de 04 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

200
L
digo
201
u



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
CORTE ESPECIAL

201
di go
202
u

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 208058-2

Embargante: Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - AFREM SINDICAL

Advogado: Vinicius de Negreiros Calado

Embargado: Município do Recife

VOTO

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, destarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão impugnada enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia, senão vejamos.

Com efeito, ao contrário do mencionado nas razões do presente recurso, verifico ter o acórdão fustigado abordado de forma bastante clara a matéria questionada, tendo deixado expressamente consignado em sua ementa que:

3. Lado outro, também não assiste razão aos embargantes no que tange à alegação de omissão da decisão embargada quanto à modulação dos seus efeitos, visto que tal questão restou decidida de forma clara e exauriente no aresto impugnado, que assim consignou: "Por derradeiro, a decisão declaratória de inconstitucionalidade a ser proferida no presente julgado deve atrair a técnica da modulação dos efeitos temporais, prevista no art. 27 da Lei nº 9.868/99, no



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
CORTE ESPECIAL

sentido de produzir efeitos meramente prospectivos, isto porque os eventuais valores pagos aos servidores municipais acima do teto remuneratório constitucional consubstanciam verba de caráter alimentar e foram recebidos de boa-fé, de maneira que seria contrária ao princípio da segurança jurídica a exigência de sua devolução."

Notadamente, como já registrado no julgado impugnado, resta indubitoso que este Sodalício, ao tratar do momento da incidência dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, resolveu apenas conferir efeitos prospectivos à decisão, com arrimo exatamente no art. 27 da Lei nº 9.868/99, não havendo mais o que se discutir acerca de tal matéria.

Como visto, a temática posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de declaração.

Em face do exposto, nego provimento aos presentes aclaratórios.

É como voto.

Recife, 20 de 09 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

202
203
203